

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA E AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL PARA O NÚCLEO DE SAÚDE E PROGRAMAS ASSISTENCIAIS (NSPAS) DO TRT-24ª REGIÃO (TRT24)

I – Necessidade da contratação:

A presente demanda consta do Processo nº 5344/2024 e visa à contratação de empresa para disponibilização de serviços de fisioterapia e auxiliar de saúde bucal, integrantes dos programas de saúde e qualidade de vida do Núcleo de Saúde e Programas Assistenciais (NSPAS).

O Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT24) tem como missão realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania. Para que esta missão seja cumprida, é necessário que magistrados e servidores desempenhem suas funções em um ambiente de trabalho saudável. É nesta seara que o NSPAS tem atuado, com vistas a promover a saúde ocupacional e a qualidade de vida da força de trabalho do Tribunal.

Assim, atendendo ao Inciso I do artigo 18 da Lei 14.133/2021, esta contratação tem como objetivo finalístico proporcionar melhores condições para que o serviço público inerente ao TRT24 seja prestado com qualidade.

Considerando as demandas do NSPAS, bem como a inexistência de alguns cargos no quadro de servidores efetivos do TRT24, faz-se necessária a contratação de empresa que disponibilize serviços com profissionais especializados nas áreas de Fisioterapia e Auxiliar de Saúde Bucal.

No que se refere à Fisioterapia, sabe-se que o maior risco enfrentado pelos magistrados e servidores da Justiça do Trabalho é o ergonômico, mormente diante da grande informatização dos processos e adoção de ferramentas tecnológicas. Nesse sentido, o processo eletrônico e, mais recentemente, a pandemia de covid-19 foram fatores aceleradores para a virtualização dos ambientes de trabalho.

Tanto no contexto do trabalho presencial como no teletrabalho, ações como a prática da ginástica laboral e o gerenciamento de riscos contribuem para a diminuição do estresse e para a

prevenção de doenças ocupacionais, sobretudo as relacionadas aos movimentos repetitivos, à contínua exposição dos olhos às telas de computador e à falta de movimentação por longos períodos.

O programa de Ginástica laboral vinha sendo realizado no TRT24 desde 2012. Contudo, devido às restrições impostas pela pandemia de covid-19, em 2020, o contrato não foi prorrogado (Processo nº 734/2018). Com o retorno às atividades presenciais, tornou-se necessário realizar nova contratação, porém com formato atualizado, considerando a nova realidade de trabalho e o ganho de conhecimento resultante das tecnologias digitais que se tornaram tão disseminadas durante a pandemia.

Em adição à discussão, tem-se a atualização das normas regulamentadoras (NR's). Especificamente, o cumprimento da Norma Regulamentadora nº 01 (NR-01), que trata do gerenciamento de riscos ocupacionais e impulsiona a uma atuação especializada, requer profissionais detentores das competências necessárias à elaboração, execução e acompanhamento do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).

Diante disso, o Subcomitê de Segurança e Medicina do Trabalho reuniu-se em 21.07.2022 e discutiu a necessidade de atividades de saúde ocupacional, conforme previsão do plano de contribuição da unidade para o Planejamento Estratégico 2021-2026, como aplicação de exercícios laborais, implementação do Programa de Gerenciamento de Riscos, realização de ajustes ergonômicos dos postos de trabalho e sensibilização sobre ergonomia. Na oportunidade, foi aprovada, por unanimidade, a sugestão de contratação de serviço de fisioterapia.

Para tanto, foi instruído o Processo nº 22027/2022, com vistas à contratação de uma empresa para disponibilizar os serviços. Decorrente de discussões e observação de outras necessidades, foi sugerido que essa contratação ocorresse em conjunto com outras demandas da mesma natureza (PROAD nº 22027/2022, docs. 65 e 66).

Quanto à estimativa de atendimento, tanto a ginástica laboral quanto o gerenciamento de riscos destinam-se a todo o Tribunal, da seguinte forma:

Ginástica laboral: previsão de realização presencial duas vezes por semana em cada unidade de trabalho da Sede e do Foro Ramez Tebet, com duração aproximada de 10 (dez) minutos para cada sessão; disponibilização de sessão remota (por vídeo) a todas

as unidades do interior do estado .

Estimativa do número de unidades a serem atendidas:

Interior: 19 Varas do Trabalho e 2 Foros Trabalhistas.

Capital Sede: 35 unidades de trabalho.

Capital Foro: 15 unidades de trabalho.

Gerenciamento de Riscos: elaboração do plano, execução, acompanhamento contínuo, envolvendo todas as unidades do Tribunal. De forma geral, serão beneficiados pelos programas cerca de 60 magistrados, 613 servidores e 90 estagiários.

Assim, e considerando a realidade de mercado, a jornada de trabalho para o posto de Fisioterapeuta deverá ser de 6 (seis) horas diárias, ou seja, 30 (trinta) horas semanais.

Em relação ao serviço de Auxiliar de Saúde Bucal, tem por objetivo garantir o correto atendimento no consultório odontológico, em conformidade com a Lei Federal 11.889/2008, uma vez que o TRT24 não dispõe em seu quadro efetivo tal especialidade.

Também importa ressaltar que a adequação ergonômica do posto de trabalho em odontologia, além dos equipamentos e materiais adequados, depende do Auxiliar de Saúde Bucal, uma vez que reduz o tempo de atendimento, diminui o número de movimentos e melhora a postura durante os procedimentos, com consequente prevenção de lesões e acidentes/doenças do trabalho.

Tais justificativas fundamentaram a contratação de serviço por este Tribunal em 2018 (Processo nº 3543/2018). Contudo, devido à suspensão do atendimento odontológico em decorrência da pandemia de covid-19, o contrato foi encerrado.

Considerando a decisão de retomada dos atendimentos, faz-se necessária nova contratação, visto que tal serviço é imprescindível à atuação do odontólogo.

Na realidade atual, em razão da limitação médica da profissional de odontologia do TRT24, é possível realizar três atendimentos diários, desde que com apoio do auxiliar. Nesse sentido, e considerando as atividades do Auxiliar de Saúde Bucal, a carga horária para o referido posto de trabalho deve ser de 6 (seis) horas diárias, ou seja, 30 (trinta) horas semanais.

Importa destacar que o serviço de Auxiliar de Saúde Bucal, além de proporcionar auxílio durante o atendimento odontológico,

também garante a limpeza e esterilização dos materiais, manutenção da biossegurança do consultório, controle de estoque de materiais, agendamento e confirmação de pacientes, preparação da sala e das condições para o atendimento odontológico. Tais atividades justificam a carga horária anteriormente citada.

Inicialmente, a contratação em tela abarcava, também, serviços de Psicologia do Trabalho e Serviço Social. Todavia, diante da Resolução Administrativa (RA) nº 120/2024, com decisão favorável à transformação de dois cargos vagos de Analista Judiciário, área judiciária, especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, sendo um deles destinado ao cargo de Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Psicologia; e da RA nº 97/2024, aprovando a alteração do cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Serviço Social, a contratação agora segue com a previsão apenas dos profissionais de Fisioterapia do Trabalho e de Auxiliar de Saúde Bucal.

Ante o exposto, a necessidade finalística desta contratação como um todo é garantir o cumprimento da missão organizacional, qual seja, realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania. Isto porque a contratação permitirá manter e ampliar as ações de saúde e qualidade de vida promovidas pelo NSPA, principalmente com a inclusão da ginástica laboral, da análise ergonômica dos postos de trabalho e do gerenciamento de riscos ambientais.

Com isso, espera-se impacto positivo no clima organizacional, na produtividade e nas estatísticas de afastamento por problemas relacionados a problemas de saúde, como lesões osteomusculares relacionadas ao trabalho e lesões por esforços repetitivos, ou decorrentes de fatores de risco (físicos e mentais) sem resposta adequada.

Portanto, pretende-se promover melhores condições para que magistrados e servidores desempenhem seus trabalhos e, por conseguinte, uma prestação jurisdicional de qualidade à sociedade.

II - Alinhamento ao Plano Estratégico e Previsão da contratação no Plano de Contratações Anual:

A presente contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico 2021-2026 deste Tribunal, no sentido de contribuir para as ações que buscam garantir a atenção integral à saúde dos magistrados e servidores do TRT24, mormente no que se relaciona ao objetivo "Incrementar modelo de Gestão de Pessoas";

A contratação também se alinha ao Programa de Saúde e Qualidade de Vida, aprovado pela PORTARIA TRT/GP/DG N° 259/2023, ao Plano de Logística Sustentável deste Tribunal, indicador 15 - Qualidade de Vida - Melhorar a qualidade de vida e as condições de trabalho do corpo funcional, e às seguintes normativas:

- Resolução 207/2015, do Conselho Nacional de Justiça, pela qual é responsabilidade das instituições a promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças de seus magistrados e servidores, estabelecendo um conjunto de medidas para reduzir e/ou eliminar os riscos inerentes ao ambiente e processos de trabalho.
- Resolução CSJT n° 141/2014, que dispõe sobre as diretrizes para a realização de ações de promoção da saúde ocupacional e de prevenção de riscos e doenças relacionados ao trabalho no âmbito da Justiça do Trabalho de 1° e 2° graus;
- Resolução CNJ 343/2020, destinada a garantir proteção e tratamento prioritário às pessoas com deficiência, necessidades especiais, doença grave ou mobilidade reduzida;

A contratação será incluída no Plano de Contratações Anual 2026, conforme segue:

- Prestação de serviço continuado de psicologia, serviço social, fisioterapia e auxiliar de saúde bucal
- Prioridade: alta
- Objetivo estratégico: valorização das pessoas
- Área temática: saúde
- Valor global estimado do contrato para 12 meses: R\$ 154.076,64 (cento e cinquenta e quatro mil, setenta e seis reais e sessenta e quatro centavos).

As despesas inerentes correrão à conta do orçamento do Contratante, classificação funcional programática 02.122.0033.4256.0054, categoria econômica n° 3 (serviços), sob item SIGEO-JT n° 151252026000071. Natureza de Despesa n° 339037

(Prestação de Serviço Continuado).

III - Requisitos da Contratação:

Deverão ser observadas as responsabilidades e especificações técnicas previstas no Termo de Referência, nos termos da lei nº 14.133/2021.

A contratação decorre de serviço essencial, que deve ser executado de forma contínua, de acordo com o artigo 15 da Instrução Normativa no 05, de 25 de maio de 2017.

Os serviços prestados de forma contínua, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Os serviços serão executados por profissionais dentro da abrangência e das atividades inseridas no Cadastro Brasileiro de Ocupações - CBO 5143-20.

A Contratada deverá dispor de profissionais obrigatoriamente contratados de acordo com a legislação trabalhista (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), obedecendo também outras disposições constantes de acordos ou convenções coletivas de trabalho, celebrados entre entidades sindicais (devidamente registradas no Ministério do Trabalho e Emprego).

A Contratada deverá se responsabilizar pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere aos profissionais alocados para a prestação dos serviços contratados.

A Contratada deverá também se responsabilizar pelo pagamento e o ônus relativo a taxas, tributos, contribuições sociais, indenização trabalhista e outros encargos previstos em lei, incidentes ou decorrentes do contrato de trabalho.

A jornada de trabalho será de 6 (seis) horas diárias, correspondendo a 30 (trinta) horas semanais, de segunda a

sexta-feira.

Não haverá a prática de horas-extras e nem trabalho noturno.

Os serviços serão executados durante o horário de funcionamento do TRT24, em dias úteis, com intervalo de descanso de 15 (quinze) minutos.

Os valores discriminados na planilha de custos e formação de preços deverão seguir o que está estabelecido em acordo, convenção coletiva de trabalho, sentença normativa ou lei da respectiva base territorial da prestação dos serviços.

Os cálculos utilizados para a definição do preço máximo estimado têm como base o regime de tributação pelo "Lucro Presumido", seguindo o modelo de planilha adotado por este Tribunal para as contratações dessa natureza. No entanto, como consta das notas explicativas da referida planilha, a licitante deve elaborar sua proposta e, por conseguinte, sua planilha, com base no regime de tributação ao qual estará submetida durante a execução do contrato (Acórdão TCU-Plenário n. 2.647/2009).

Além da não vedação, pela Lei nº 14.133/2021 e pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, da utilização do Lucro Presumido como base para a estimativa de preços em licitações, alguns outros pontos podem ser considerados:

- A pesquisa de mercado indica que é comum empresas que atuam na prestação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra adotarem o regime tributário do Lucro Presumido. Inclusive, a empresa que atualmente oferece os serviços de Psicologia e Assistência Social (PROAD 15217/2021) adota tal regime.

- A inclusão do Lucro Presumido na memória de cálculo do preço estimado visa ampliar a competitividade, permitindo que um maior número de empresas possam participar e apresentar propostas.

- Como se espera alto faturamento de empresas que oferecem esse tipo de serviço, inclusive por ser contínuo, tal regime de tributação mostra-se mais adequado.

Os pagamentos mensais à futura contratada serão adequados aos resultados efetivamente obtidos, mensurados com base no Instrumento de Medição de Resultados - IMR, conforme previsto na IN nº 5, de 2017.

Esse mecanismo estabelece critérios de aferição de resultados

da contratação, definindo, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento. Além disso, o referido instrumento define e padroniza a avaliação da qualidade dos serviços prestados pela Contratada.

As adequações de pagamento originadas de insuficiência de resultados não devem ser interpretadas como penalidades ou multas, cuja apuração e aplicação ocorrerá, caso necessário, em processo específico. Os aspectos considerados no IMR englobam parâmetros técnicos, relacionados à prestação e à qualidade dos serviços.

Classificação como serviço comum:

O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, com padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Trata-se de atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos, sendo observadas as vedações contidas no art. 3º do Decreto nº 9.507/2018.

Garantia da contratação:

Será exigida do licitante adjudicatário a prestação de garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/21, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa dias após o término da vigência contratual.

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada;

- Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

A garantia deverá prever a sua execução independentemente da prévia excussão dos bens da Contratada.

De acordo com o disposto no art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021, se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Deverá, ainda, ser prevista a utilização de conta vinculada, conforme disposto nas Resoluções CNJ nº 169/2013 e CNJ nº183/2013.

Participação de empresas reunidas em consórcio:

Propõe-se a não participação de consórcios, pois, a participação de empresas reunidas em consórcios não representa, por si só, garantia de ampliação de competitividade, ao contrário, pode acarretar, em muitos casos, efeitos danosos à concorrência, na medida em que as empresas associadas deixariam de competir entre si. Além disso, durante pesquisa de mercado, não se encontrou nenhuma evidência concreta de que o valor da contratação supere as possibilidades de fornecimento das empresas atuantes regularmente no mercado.

Dessa forma, apesar da previsão contida no art. 15 da Lei nº 14.133/2024, no presente caso, é recomendável vedar a participação destas entidades na disputa, resguardando o princípio da competitividade.

Participação de Cooperativas:

Com fundamento no art. 5º da Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, que estabelece que Cooperativa de Trabalho não pode ser utilizada para intermediação de mão de obra subordinada, justifica-se a vedação da participação de cooperativas nesta contratação.

Vedação de participação das OSCIP

Quanto à vedação da participação das OSCIP, esta decorre diretamente do disposto no Acórdão TCU nº 746/2014 – Plenário, nos seguintes termos:

1. Às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, atuando nessa condição, é vedado participar de certames da

Administração Pública Federal, porquanto tal agir implica ofensa à Lei nº. 9790/1999, que dispõe ser o Termo de Parceria o meio adequado de relacionamento entre elas e o Poder Público.

2. A participação de OSCIP em processos licitatórios da Administração Pública consubstancia quebra do princípio da isonomia, eis que tais entidades possuem benesses fiscais, a elas concedidas para atuarem mediante o estabelecimento de Termo de Parceria.

Subcontratação:

Não será permitido à Contratada subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto deste contrato.

Participação de empresas estrangeiras:

Quanto à participação de empresas estrangeiras, sugerimos a não participação das que não funcionem no país, considerando a natureza e a baixa complexidade do objeto. Tendo em vista que o objeto desta licitação se refere à prestação de serviços de baixa complexidade e de fácil disponibilidade no mercado nacional, a participação de empresas estrangeiras, que não possuem sede, filial ou sucursal no Brasil, poderia acarretar em desafios operacionais e logísticos que comprometeriam a eficiência na execução dos serviços.

Empresas optantes pelo Simples Nacional:

Se a licitante for optante pelo Simples Nacional deverá apresentar, no prazo de 90 dias contados da assinatura do contrato, cópias dos ofícios com respectivos comprovantes de entrega e recebimento, em que comunica as Secretarias da Receita Federal, Estadual/Distrital e Municipal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção do citado regime tributário), observado o prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006.

Se não houver a comprovação da comunicação mencionada acima, o próprio TRT da 24ª Região, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123/2006.

Vistoria:

Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Requisitos econômicos e financeiros:

Comprovação, inclusive por meio do SICAF, de Índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral superiores a 1 (um):

- Índice de Liquidez Geral - um valor superior a 1 (um) indica que a empresa possui mais ativos de curto prazo do que dívidas de curto prazo, o que é positivo para a sustentabilidade financeira e a capacidade de cumprir obrigações futuras sem problemas de liquidez. Esta exigência para habilitação econômica da empresa de prestação de serviços a ser contratada demonstra uma boa capacidade de gerenciar suas obrigações de curto prazo, indicando estabilidade financeira e continuidade operacional para o serviço prestado.

- Liquidez Corrente (ou ILG): um valor superior a 1 (um) indica que a empresa tem recursos suficientes para cobrir suas obrigações de curto prazo. Isto é necessário para confirmar que a empresa tem recursos imediatamente disponíveis para operar nesta contratação, minimizando riscos financeiros que poderiam afetar a prestação do serviço.

- Solvência geral: um valor superior a 1 (um) indica que a empresa possui mais ativos do que dívidas no longo prazo, o que é crucial para a sustentabilidade financeira a longo prazo. Este índice assegura que a empresa tem uma estrutura de capital saudável, capaz de suportar suas operações sem comprometer sua estabilidade financeira.

Também será exigido um Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (ativo circulante - passivo circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social.

Isso se justifica pela necessidade de verificar se a empresa prestadora de serviços possui uma reserva adequada de recursos de curto prazo para operar de forma eficiente e sustentável. Em outros termos, assegura que a empresa tenha recursos suficientes para cobrir suas despesas operacionais e financiar seu ciclo de caixa, sem depender excessivamente de financiamento externo de curto prazo.

Isso reduz o risco de interrupções nas operações devido a problemas de liquidez, e demonstra a capacidade de cumprir compromissos de curto prazo, tendo resiliência financeira, com melhores condições para enfrentar flutuações econômicas e

desafios operacionais sem comprometer sua estabilidade financeira e sustentabilidade operacional.

Também será exigida a comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta;

Este requisito visa demonstrar a segurança e a capacidade financeira da empresa terceirizada para executar o serviço contratado de forma eficiente e sustentável. Os benefícios decorrentes desta comprovação são: segurança na execução do contrato, proteção contra insolvência (reduz o risco de falhas na prestação do serviço devido a dificuldades financeiras) e transparência e conformidade legal (demonstra que a empresa está em conformidade com as normas contábeis e legais vigentes).

A empresa deve apresentar regularidade perante o cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin (Lei nº 10.522/06, de 2002).

Essa regularidade tem por objetivo fazer com que a Administração Pública Federal não contrate com quem lhe deve e, mais do que isso, estimular o devedor a regularizar ou quitar o débito (Parecer n. 00063/2024/DECOR/CGU/AGU).

Atendendo à Instrução Normativa nº 5/2017, a Contratada deverá comprovar que possui capacidade para a prestação do serviço, apresentando os seguintes documentos: 01 (um) ou mais atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) que tenha executado serviços de disponibilização de mão de obra terceirizada. em 2 (dois) postos de trabalho com, no mínimo 30 (trinta) horas semanais, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo de 3 (três) anos. Para fins de comprovação, poderão ser apresentados diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

Isso se justifica pela necessidade de verificar se a empresa prestadora de serviços possui experiência e perícia na disponibilização de mão de obra na área de saúde.

Os benefícios decorrentes desta comprovação são: reduzir as falhas na execução do contrato e obter um resultado

satisfatório que atenda aos interesses administrativo e público.

Vigência da contratação:

A vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante termo aditivo, observado o interesse público e a critério do Contratante, e o limite de 120 (cento e vinte) meses, nos termos do art. 107, da Lei nº 14.133/2021.

Requisitos mínimos para os serviços de Fisioterapia:

O profissional selecionado pela Contratada para a prestação dos serviços de fisioterapia deverá atender aos seguintes requisitos:

- Apresentar diploma de graduação em Fisioterapia, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC);
- Apresentar certificado de conclusão de curso de pós-graduação em Fisioterapia do Trabalho ou área correlata, com carga horária mínima de 360 horas, reconhecido pelo MEC;
- Apresentar registro regular no Conselho Regional de Fisioterapia;
- Apresentar "nada consta" de antecedentes criminais na esfera federal e estadual onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos, expedida, no máximo, há 6 (seis) meses.
- Comprovar, mediante registro em Carteira de Trabalho ou outros meios, experiência mínima de 02 (dois) anos de atuação como Fisioterapeuta.
- Para profissionais do sexo masculino, comprovar quitação com as obrigações do serviço militar.

Justifica-se a experiência mínima de 02 (dois) anos de atuação como Fisioterapeuta, pois, para as atribuições exigidas nesta contratação, o profissional carece de aprimoramento técnico e científico, além de experiência prática, visando o atendimento individual e coletivo dos magistrados e servidores, além de desenvolver ações e programas como qualidade de vida e saúde ocupacional, sobretudo aquelas inerentes à NR-01.

Nesse sentido, reforça-se que a especialização solicitada é realizada após a conclusão da graduação, de modo que a experiência exigida está associada à capacitação profissional (especialização), além de agregar experiências organizacionais ao profissional, o que é fundamental para o desempenho das

atividades nesta Corte, para que sejam obtidos os resultados esperados.

A consulta feita ao Conselho Regional de Fisioterapia de Mato Grosso do Sul (CREFITO-13), constante do doc. 10, contribuiu para que o Grupo de Trabalho optasse pelas exigências da experiência profissional e da especialização acima expostas.

Local de prestação dos serviços: Núcleo de Saúde e Programas Assistenciais (Sede e Fórum Trabalhista Ramez Tebet).

Carga-horária semanal: 30 (trinta) horas.

Horário de prestação dos serviços: 6 (seis) horas diárias, preferencialmente das 11h às 17h.

Situação do mercado: pela pesquisa realizada no PROAD nº 22027/2022, pela experiência da instrução do processo à época e pela consulta recente ao CREFITO-13 (doc. 10), depreende-se que o mercado pode suprir a demanda diante das exigências propostas.

Requisitos mínimos para os serviços Auxiliar de Saúde Bucal:

O profissional selecionado pela Contratada para a prestação dos serviços de auxiliar de saúde bucal deverá atender aos seguintes requisitos:

- Idade mínima: 18 (dezoito) anos;
- Nível de escolaridade: ensino médio completo;
- Capacitação profissional: certificado expedido por curso ou exame, com no mínimo 300 horas, que atenda integralmente ao disposto nas normas vigentes do órgão competente do Ministério da Educação e em ato normativo específico do Conselho Federal de Odontologia;
- Inscrição no Conselho Regional de Odontologia - CRO.
- Apresentar "nada consta" de antecedentes criminais na esfera federal e estadual onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos, expedida, no máximo, há 6 (seis) meses.
- Quitação com as obrigações do serviço militar, para profissionais do sexo masculino;
- Comprovar, mediante registro em Carteira de Trabalho ou outros meios, experiência mínima de 6 (seis) meses de atuação como Auxiliar de Saúde Bucal.

Justifica-se a experiência mínima de 06 (seis) meses de atuação como Auxiliar de Saúde Bucal para confirmar o contato efetivo

com o dia a dia de um consultório odontológico, garantindo a execução do que se pretende com a contratação.

Local de prestação dos serviços: Núcleo de Saúde e Programas Assistenciais (Sede).

Carga-horária semanal: 30 (trinta) horas.

Horário de prestação dos serviços: 6 (seis) horas diárias, preferencialmente das 8h às 14h.

Situação do mercado: pela experiência do PROAD nº 3543/2018, depreende-se que o mercado pode suprir a demanda diante das exigências previstas nesta proposta de contratação proposta.

Critérios de sustentabilidade:

Em atendimento ao disposto na Resolução CSJT nº 310/2021, que aprovou o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, serão observados os seguintes critérios de sustentabilidade:

1- Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016;

2- Não ter sido condenada, a Contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105; No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

3- Comprovante da realização, durante a vigência do contrato, de capacitação a todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, conforme a Resolução CSJT nº 98 de 20 de abril de 2012, em conformidade com o item 2 (Contratação de Serviços) do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho aprovado pela Resolução CSJT nº 310, de 24 de setembro de 2021;

4- Empregar, se for o caso, um número de jovens aprendizes

equivalente a cinco por cento (5%), no mínimo, e quinze por cento (15%), no máximo, dos trabalhadores existentes, conforme estipula o Art. 429 da CLT (Decreto-Lei nº 5.452/1943);

Em observância ao inciso III, art. 51 da Lei Complementar 123/2006, ficam dispensadas as empresas de pequeno porte e microempresas de empregar e matricular seus aprendizes nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem.

5- Cumprir, se for o caso, o quantitativo mínimo previsto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, que estabelece que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência;

O cumprimento dos subitens 4 e 5 poderá ser demonstrado mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, OU consulta à Certidão do Ministério do Trabalho e Emprego, disponível no link:

<http://cdcit.mte.gov.br/inter/cdcit/emitir.seam?cid=1117299> OU por declaração da Contratada.

Em atendimento ao inciso III, Art. 51 da Lei Complementar nº 123/2006, ficam dispensadas as empresas de pequeno e microempresas de empregar e matricular seus aprendizes nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem.

6- A Contratada deve priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas de origem local para a execução dos serviços.

Requisitos Sociais:

1- A empresa deverá declarar, por ocasião da contratação, que está ciente dos termos constantes na Resolução nº351/2020 - CNJ, a qual institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, e na Resolução Administrativa nº 68/2024 - TRT 24, e suas alterações, que Institui a Nova Política de Prevenção e Combate da Violência, do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de Todas as Formas de Discriminação do TRT da 24ª Região.

2- De acordo com os termos da Resolução nº 255/2018- CNJ, que institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, a Contratada deverá observar, sempre que possível, a participação equânime de homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e

etnia, proporcionando a ocupação de, no mínimo, 50% de mulheres.

3- As práticas de valores éticos e socioambientais que envolvam a licitação e se estendem na gestão contratual refletem a responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor. Assim, devem ser entendidas, por exemplo, a exigência de declarações de que o licitante se encontra regular perante a Justiça do Trabalho, a vedação à contratação de fornecedores imposta em razão da prática de atos de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, etc, assim como as exigências relativas ao atendimento às normas de saúde e segurança do trabalho.

Substituição dos postos de trabalho

A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, a prestação dos serviços de Fisioterapia e Auxiliar de Saúde Bucal, providenciando a substituição imediata e integral em caso de férias, licenças, faltas, demissão ou qualquer outra ausência que comprometa a continuidade da prestação do serviço.

O profissional substituto para a execução dos serviços deverá possuir a mesma qualificação técnica exigida para o profissional substituído, cabendo à Contratada apresentar o seu registro profissional e a comprovação de que atende a todos os requisitos exigidos.

Para ausências programadas (como férias, licença maternidade, etc.), a Contratada deverá providenciar a substituição imediata.

Para ausências não programadas (como doenças, imprevistos, etc.), a Contratada deverá providenciar a substituição em até 1 (um) dia útil, sob pena de multa por inexecução contratual.

Os dias não substituídos serão descontados do faturamento mensal, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas no contrato.

Período de férias:

Em conformidade com o Decreto nº 12.174/2024), os trabalhadores prestadores dos serviços deverão ter garantida a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades do serviço.

Considerando a existência de recesso forense no TRT24, sugere-se que a concessão das férias ocorra no período de 20 de dezembro a 18 de janeiro, de modo a abarcar o período de recesso forense.

Caso as férias sejam gozadas nos meses de janeiro, julho ou durante o recesso forense não há necessidade de substituição.

A planilha de formação de custos vai prever a substituição para os 30 dias de férias de cada empregado. Não havendo a necessidade de substituição, conforme exposto no subitem 6.18, o fiscal fará a glosa proporcional à eventual não substituição.

Em caso de impossibilidade do gozo de férias no período de recesso forense, poderá ser adotada a compensação de jornada de trabalho durante o período devido à excepcional e temporária redução da demanda de trabalho. Os procedimentos em relação a essas compensações deverão observar as regras do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024 e da Instrução Normativa SEGES nº 81, de 12 de setembro de 2024.

Compensação de jornada de trabalho:

Poderá haver compensação da jornada de trabalho, mediante prévia comunicação e aprovação formal do fiscal do contrato, nas seguintes hipóteses (art. 3º, inciso II do Decreto nº 12.174/2024):

- Diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho, nos casos de recesso forense, pontos facultativos e suspensão de expediente.

Gestão e Fiscalização:

Para a gestão e fiscalização, serão indicados os seguintes servidores:

- Gestor: José carlos de Souza Melo
- Gestora substituta: Giannine Roberta de Souza França
- Fiscal: Silvia Nanci Lourenço de Figueiredo
- Fiscal substituto: Fábio Rogério Rodrigues Leocates de Moraes

No caso do Auxiliar de Saúde Bucal, a odontóloga que trabalhará diretamente com o prestador de serviço terceirizado poderá fiscalizar a sua atuação, pois detém o conhecimento técnico necessário, em conformidade com o Acórdão 785/2014, atendendo, também, às demais normativas.

No caso do serviço de Fisioterapia, como não há profissional fisioterapeuta no quadro de servidores, o fiscal será um enfermeiro, pois tem visão holística da área de saúde.

Como os procedimentos a serem realizados pelo fisioterapeuta não serão clínicos, mas sim de saúde ocupacional enquanto integrantes de ações multidisciplinares, não há necessidade de conhecimento técnico específico de manobras clínicas de Fisioterapia. Assim, entendemos que um profissional enfermeiro detém as condições para atuar como fiscal, justamente por ter essa visão da saúde como um todo. Com isso, atende-se ao Acórdão TCU nº 785/2014.

Por ser um profissional de nível superior da área de saúde, o enfermeiro possui as condições de formação e qualificação para fiscalizar os aspectos administrativos, documentais e o cumprimento de cronogramas, que são as principais atribuições do fiscal de contrato, atendendo ao Decreto nº 11.246/2021.

Por conseguinte, escolhendo o profissional mais capacitado para ser fiscal, atende-se ao princípio da eficiência.

Ante o exposto, a designação não é genérica, mas sim direcionada às características do serviço a ser fiscalizado, demonstrando a capacidade do fiscal para atuar.

Critérios de remuneração:

O critério de remuneração da Contratada será a prestação dos serviços de fisioterapia do trabalho e auxiliar de saúde bucal, conforme as atribuições inerentes a cada categoria profissional.

Serão descontadas do valor mensal a ser pago à Contratada as faltas apuradas pela fiscalização.

O Instrumento de Medição de Resultado (IMR), que será parte integrante do contrato, será a ferramenta utilizada para aferição mensal da prestação dos serviços, inclusive para a apuração dos descontos dos valores dos serviços executados que não atingirem os critérios estabelecidos.

O valor mensal a ser pago à Contratada corresponderá ao valor resultante da multiplicação do IMR pelo valor contratado deduzido das faltas do período e dos descontos relativos ao vale-transporte, de acordo com a seguinte fórmula:

$VP = (VC - VD) \times IMR$, onde:

VP = valor mensal a pagar

VC = valor mensal contratado

VD = valor mensal das faltas apuradas no período + valor mensal de vale-transporte não utilizado pelos empregados + demais verbas que compõem a planilha não comprovadas (encargos legais, benefícios e uniforme).

IMR = Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

A utilização do IMR não impede a aplicação das sanções previstas na contratação.

Durante a execução do objeto, haverá monitoramento constante do nível de qualidade dos serviços, solicitando-se à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

O IMR cumprirá a finalidade de avaliação periódica pelos usuários quanto aos atendimentos recebidos. Os resultados também poderão ser utilizados para comparações entre períodos e implementação de práticas de melhoria contínua.

A sugestão do IMR encontra-se ao final deste ETP, com a previsão do índice mínimo de satisfação aceitável, e, também, a partir de qual valor poderá ser considerado como inexecução do contrato.

O índice de satisfação integrará o conjunto de itens a serem atendidos pela contratada.

Outros:

A atividade de Auxiliar de Saúde Bucal enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau médio (20%).

Para a definição do grau médio, foi utilizado o laudo constante do Processo nº 5652/2015 (Contratação de empresa para PPRA - doc. 21) e o laudo do Processo nº 3543/2018 (Contratação de Auxiliar de Saúde Bucal para o consultório odontológico do Gabinete de Gestão de Saúde e Programas Assistenciais do TRT da 24ª Região - doc. 22). Também foram feitas consultas em outros processos públicos de contratação (exemplos - doc. 23: Pregão Eletrônico nº 07/2022, da Universidade Federal da Bahia; e Pregão Eletrônico nº 42/2019, do Tribunal Superior do Trabalho).

IV - Estimativas das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte:

FISIOTERAPEUTA	01 (UM) POSTO DE TRABALHO
AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	01 (UM) POSTO DE TRABALHO

Para o estabelecimento do quantitativo foram consideradas as atividades realizadas pelo NSPAS, bem como a experiência do processo nº 3453/2018, no caso do Auxiliar de Saúde Bucal.

Especificamente para o posto de Fisioterapeuta, foi considerada a demanda de ginástica laboral (levando em conta experiências de contratações anteriores), a necessidade de acompanhamento ergonômico de todos os postos de trabalho e a exigência de elaboração e execução do Programa de Gerenciamento de Riscos para todo o ambiente do TRT24.

Ginástica laboral: previsão de realização presencial duas vezes por semana em cada unidade de trabalho da Sede e do Foro Ramez Tebet, com duração aproximada de 10 (dez) minutos para cada sessão; disponibilização de sessão remota (por vídeo) a todas as unidades do interior do estado .

Estimativa do número de unidades a serem atendidas:

Interior: 19 Varas do Trabalho e 2 Foros Trabalhistas.

Capital Sede: 35 unidades de trabalho.

Capital Foro: 15 unidades de trabalho.

Gerenciamento de Riscos: elaboração do plano, execução, acompanhamento contínuo, envolvendo todas as unidades do Tribunal. De forma geral, serão beneficiados pelos programas cerca de 60 magistrados, 613 servidores e 90 estagiários.

Análise ergonômica dos postos de trabalho: poderá ser feita de forma presencial ou remota para os postos de trabalho localizados na capital, e de forma remota para os postos de trabalho localizados no interior do Estado ou para quem está em regime de teletrabalho.

Principalmente para postos de trabalho que envolvem atividades administrativas e de escritório, onde a interação principal é com computadores e mobiliário (casos do TRT24), a análise pode ser feita remotamente. A sua qualidade pode ser garantida pela utilização da coleta de informações junto ao avaliado, seu histórico de saúde, percepção de desconforto, hábitos de trabalho e descrição do ambiente. Também são utilizados vídeos e fotos, videochamadas para observação e instruções em tempo real e autoavaliações guiadas pelo profissional.

De forma geral, serão beneficiados pelos programas cerca de 60 magistrados, 613 servidores e 90 estagiários. Pelo exposto, não estão previstas diárias e deslocamentos para a realização da análise ergonômica do trabalho e da ginástica laboral.

Memória de cálculo, considerando 30 horas semanais de serviço contínuo:

Atividade		Unid.	Unid. agrup.	Tempo	Total (h) agrup.	Sessões/ semana	Semanas	Total (horas/ ano)
Gin. Laboral	Presencial CGR	50	35	0,1667 h (aprox. 10 minutos)/ sessão	0,1667	2	52	606,79
	Desloca-mento presencial	50	35	0,0833 h (aprox. 5 minutos)	0,0700	2	52	254,80
	Sessões remotas - interior	21	2	0,1667 h (aprox. 10 minutos)/ sessão	0,1667	2	52	34,67
PGR, Análise Ergonômica e planejamentos		-		12 horas/semana	12,764	-	52	663,73
Total aproximado								1560,00

Notas - Unid: unidades de trabalho; Unid. agrup.: unidades de trabalho agrupadas; Total (h) agrup: total de horas para atender as unidades de trabalho agrupadas.

Em relação ao profissional Auxiliar de Saúde Bucal, tem por objetivo garantir o correto atendimento no consultório odontológico, em conformidade com a Lei Federal 11.889/2008.

O número previsto de atendimento é de 3(três) pacientes por dia. Este número foi estipulado em função das restrições de saúde da Odontóloga. No entanto, é importante considerar as questões a seguir:

- Faz-se necessária a presença da Auxiliar de Saúde Bucal (ASB) para assegurar que todo e qualquer atendimento realizado na cadeira odontológica seja executado em conformidade com os protocolos de biossegurança, garantindo a proteção do paciente e do profissional. A atuação da ASB mostra-se imprescindível para o correto preparo e manipulação dos materiais, para a esterilização adequada dos instrumentais e para a manutenção de um ambiente seguro durante os procedimentos odontológicos.

- A adequação ergonômica do posto de trabalho em odontologia, além dos equipamentos e materiais adequados, depende do Auxiliar de Saúde Bucal, uma vez que reduz o tempo de atendimento, diminui o número de movimentos e melhora a postura durante os procedimentos, com consequente prevenção de lesões e acidentes/doenças do trabalho.
- Essa necessidade subsiste independentemente do número de atendimentos realizados, uma vez que cada procedimento requer o apoio da auxiliar para que sejam garantidas as condições técnicas, ocupacionais e de segurança biológica inerentes ao exercício da odontologia.

Memória de cálculo: 1 (um) consultório (3 [três] pacientes/dia + biossegurança e atividades correlatas) x 1 (um) ASB por consultório = 1 (um) Posto de ASB necessário.

V - Estimativas de preços ou preços referenciais:

Para a estimativa inicial de valores, foram utilizados os seguintes critérios:

Posto de trabalho	Valor para 12 meses	Critério utilizado para a estimativa
Fisioterapia do Trabalho	R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais)	Pesquisa de preços realizada no PROAD 22027/2022, com a correção monetária correspondente (IPCA-IBGE), e ajustes considerados para esta contratação.
Auxiliar de Saúde Bucal	R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)	Preço praticado no PROAD 3543/2018, com a correção monetária correspondente (IPCA-IBGE), e Pregão Eletrônico nº 042/2019, do Tribunal Superior do Trabalho.

Obs.: Estes são valores estimados. Após a aprovação do ETP, será realizada a pesquisa de mercado para comparação e tratamento estatístico com base em fontes diversas.

Também será acrescentado na planilha o custo com (02) dois jalecos por ano para cada profissional, conforme especificação que será incluída no Termo de Referência, após consulta junto ao mercado.

Memória de cálculo para os jalecos:

A frequência de dois jalecos por ano por funcionário é necessária para garantir a higiene, a apresentação adequada e a

substituição em caso de desgaste natural, considerando o uso diário na atividade.

Os jalecos serão utilizados diariamente pelos 2 (dois) funcionários durante a jornada de trabalho, de segunda a sexta-feira, com exigência de apresentação higienizada e padronizada.

O fornecimento de 2 (duas) unidades anuais por funcionário garante o revezamento adequado das peças. Enquanto uma está em uso, a outra está em processo de higienização e secagem, evitando a reutilização de peças não higienizadas, conforme boas práticas de higiene e conservação do vestuário profissional.

O material especificado (Bi Stretch - Soft Plus ou similar) é conhecido por sua durabilidade e facilidade de higienização (secagem rápida), o que suporta o uso rotineiro por um ano.

VI - Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo de solução a contratar:

A contratação da execução indireta das atividades de Fisioterapia do Trabalho e Auxiliar de Saúde Bucal, objeto desta demanda, tem suporte no art. 1º do Decreto 9.507/2018, e art. 7º da Instrução Normativa SEGES nº 5/2017.

Em atenção ao Inciso IV do art. 9º da Instrução Normativa SEGES nº 5/2017, as categorias funcionais acima referidas não constam do plano de cargos do TRT24.

Levantamento de mercado:

Contratações de serviços de saúde com mão de obra residente estão presentes em vários órgãos públicos (ver Processo nº 1979/2024), não sendo identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, inclusive por serem serviços considerados comuns.

As experiências resultantes das contratações dos Processos nº 15217/2021 e 3543/2018, e as pesquisas realizadas nos processos nº 1979/2024 e 22027/2022 demonstram a existência no mercado de empresas que atendem à presente demanda.

O relatório parcial do Contrato nº 10/2021 (em andamento) encontra-se no doc. 69.

A estimativa de preços citada anteriormente teve por fito estabelecer o preço compatível com o praticado no mercado, para que não haja super ou subfaturamento do itens, prejudicando o processo de aquisição.

Cabe ressaltar que também foi realizada uma consulta ao Conselho Regional de Fisioterapia de Mato Grosso do Sul (CREFITO-13), visando embasar os requisitos adotados nesta contratação (doc. 10 - OFÍCIO Nº 75/2024/GAPRE/CREFITO-13).

Identificação das soluções disponíveis:

Levantamento de mercado	Pontos positivos	Pontos negativos
Criação dos cargos de Fisioterapia e Auxiliar de Saúde Bucal no Tribunal (concurso público)	<p>Maior garantia de continuidade e estabilidade dos serviços.</p> <p>Controle do quadro de pessoal, da jornada e condições de trabalho na prestação dos serviços.</p> <p>Melhor alinhamento com a missão e a cultura do Tribunal.</p> <p>Sem necessidade de gestão do contrato terceirizado para serviços com mão de obra residente.</p>	<p>Inviabilidade legal e orçamentária.</p> <p>Necessidade de aprovação superior para a criação dos cargos.</p> <p>Falta de flexibilidade em caso de substituição do profissional para prestação dos serviços.</p>
Contratação de profissional de fisioterapia por atividade a ser desenvolvida	<p>Sem necessidade de gestão do contrato terceirizado para serviços com mão de obra residente.</p> <p>Pagamento apenas por atividade desenvolvida.</p>	<p>Alto investimento de recursos humanos na instrução e gerenciamento de possíveis diversos contratos.</p> <p>Alta probabilidade de profissionais diferentes para cada atividade, com prejuízo à qualidade do serviço pela falta de olhar contínuo e sistêmico.</p>
Acordo de Cooperação Técnica com universidades	Sem repasse de recursos financeiros.	<p>Problemas de descontinuidades, principalmente em função do calendário</p> <p>Atividades específicas como Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) não podem ser elaboradas por acadêmicos, e a disponibilidade de supervisão (carga-horária) do</p>

		<p>professor em Acordos dessa natureza não é suficiente para a complexidade do PGR.</p> <p>acadêmico.</p> <p>Maior dificuldade na gestão e acompanhamento dos resultados.</p> <p>Experiências anteriores mostraram-se não aplicáveis ao exigido nesta contratação.</p>
Estagiário de fisioterapia e de Auxiliar de Saúde Bucal	Menos recursos financeiros utilizados.	<p>Atividades específicas como Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) não podem ser elaboradas por acadêmicos, e a disponibilidade de supervisão (carga-horária) do professor em Acordos dessa natureza não é suficiente para a complexidade do PGR.</p> <p>Problemas de descontinuidades.</p> <p>Incompatibilidade com as exigências das atividades a serem realizadas, pois exigem profissional experiente para os resultados pretendidos.</p>
Contratação de empresa que disponibilize o serviço.	<p>Presença de profissionais habilitados e com a experiência exigida.</p> <p>Menor probabilidade de descontinuidade, por ser contratação contínua.</p> <p>Permite a troca de profissionais que prestam os serviços em caso de não adequação ao exigido.</p>	<p>Mais recursos financeiros utilizados.</p> <p>Mais complexidade na gestão e fiscalização do contrato.</p>
Acordo ou Convênio com outros órgãos públicos.	Sem custo para o órgão	Dependência da disponibilidade e do

	<p>demandante.</p> <p>Possibilidade de obter profissionais experientes.</p> <p>Fortalecimento das relações institucionais.</p>	<p>interesse de algum órgão parceiro, o que não se identifica no momento, devido à carência de profissionais em outros órgãos também.</p> <p>Dificuldade no processo de formalização e de movimentação de pessoal, no caso de possibilidade.</p> <p>O órgão de origem pode revogar a cedência a qualquer momento, causando descontinuidade.</p>
--	--	---

Escolha e justificativa:

Considerando os pontos positivos e negativos expostos acima, a solução que melhor atende aos interesses e necessidades da Administração no atual cenário é a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços continuados de Fisioterapia do Trabalho e Auxiliar de Saúde Bucal, por postos de trabalho.

Tal escolha se justifica pela impossibilidade de criação de cargos no cenário atual. As demais soluções expostas mostram-se incompatíveis com as atividades a serem realizadas e os respectivos resultados pretendidos.

Além disso, as experiências de contratações similares por este Tribunal e por outros órgãos públicos demonstram a viabilidade da escolha.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Justificativa da modalidade: Valor da contratação

VII - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência:

A contratação pretendida será processada em conformidade com as determinações e diretrizes contidas na Lei nº 14.133, de 2021, na Instrução Normativa SEGES nº 5/2017 e alterações, e no Manual de Contratações deste Regional, que regulamentam os procedimentos para a contratação de serviços terceirizados.

Para que a contratação produza os efeitos pretendidos pela Administração, quais sejam, contribuir para um ambiente de

trabalho saudável, com consequentes impactos na produtividade de magistrados e servidores e na prestação jurisdicional do TRT24, faz-se necessária a contratação de empresa que disponibilize serviços profissionais de Fisioterapia do Trabalho e de Auxiliar de Saúde Bucal, para atuação contínua no NSPAS.

Das atividades do serviço de Fisioterapeuta do Trabalho:

Planejamento e execução da ginástica laboral presencial para as unidades de trabalho de Campo Grande;

Planejamento e execução da ginástica laboral para quem está em teletrabalho e para as unidades de trabalho do interior do Estado;

Planejamento e execução do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR);

Planejamento e execução da análise ergonômica periódica dos postos de trabalho;

Das atividades do serviço de Auxiliar de Saúde Bucal:

Organização e execução de atividades clínicas e administrativas em saúde bucal;

Preparação do consultório e o paciente para atendimento;

Processamento de filme radiográfico;

Auxílio e instrumentação ao cirurgião-dentista nas intervenções clínicas;

Manipulação de materiais de uso odontológico;

Limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização de instrumentos e equipamentos odontológicos;

Aplicação de medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos;

Adoção de medidas de biossegurança visando ao controle de infecção cruzada;

Preenchimento e anotação de prontuários odontológicos e de controle dos resíduos de saúde;

Manutenção da ordem os arquivos/documentação odontológica do paciente;

Auxílio na elaboração de pedidos de materiais e equipamentos odontológicos;

Registro de dados e participação na análise das informações relacionadas ao controle administrativo em saúde bucal, inclusive no que se relaciona à parte odontológica do promoção da saúde de forma integral integral, em conformidade com os programas do NSPAS;

Frequência das atividades:

As atividades serão desempenhadas diariamente, em dias úteis da Justiça do Trabalho/TRT24.

Natureza de serviço contínuo:

Os serviços que são objeto do presente estudo visam garantir o cumprimento da missão organizacional do TRT24, pois permitirão manter e ampliar as ações de saúde e qualidade de vida promovidas pelo NSPAS, garantindo melhores condições para que magistrados e servidores desempenhem seus trabalhos em um ambiente ocupacional saudável, com reflexos na prestação jurisdicional.

Para tanto, faz-se necessário que os serviços sejam prestados diariamente. Igualmente importante, essas atividades devem ser integradas às demais ações de saúde e qualidade de vida realizadas pelo NSPAS, prezando por uma abordagem holística e de atuação prolongada para que os resultados pretendidos sejam alcançados.

Sendo assim, são considerados de natureza continuada pois, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade da Administração de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas do TRT24. Sua interrupção pode ocasionar prejuízos ao ambiente saudável que se deseja, tais como contribuições para doenças e riscos relacionados ao trabalho, afetando a produtividade de magistrados e servidores e, conseqüentemente, a prestação jurisdicional.

Da vigência contratual e da prorrogação:

Por se tratar de serviços de natureza continuada, cuja interrupção poderá prejudicar as atividades da Contratante, e pela contratação estender-se por mais de um exercício financeiro, o prazo de vigência será de 60 (sessenta) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por igual período de tempo, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

VIII - Justificativas para o parcelamento ou não da solução, quando necessária para individualização do objeto

Neste caso, a contratação é única e indivisível, envolvendo a contratação de uma única empresa para a prestação de serviços de fisioterapia e auxiliar de saúde bucal.

A contratação única e indivisível se justifica pelos seguintes motivos:

- Embora distintas, as atividades de Fisioterapia e de ASB, no contexto de saúde ocupacional e qualidade de vida do TRT24, são complementares. Ambas visam à saúde integral e bem-estar, sendo frequentemente coordenadas em promoção de saúde e prevenção;
- A gestão de uma única equipe facilita a comunicação e a obtenção dos resultados pretendidos;
- A contratação de uma única empresa, incluindo os dois perfis profissionais, pode confluir em um preço global mais competitivo, revertendo-se em economia financeira pelo órgão;
- O parcelamento da contratação exigiria a instauração de dois processos de licitação e o acompanhamento de dois contratos distintos, com reflexos na intensificação de recursos humanos para a operacionalização;
- Ao contratar uma única empresa, haverá um único responsável legal pela qualidade e pela continuidade de ambos os serviços. Em caso de falhas ou interrupções, a responsabilização e a aplicação de sanções se tornam mais claras e eficazes;
- O parcelamento aumenta o risco de descontinuidade. Se um dos contratos for rescindido ou se a empresa não for substituída a tempo, apenas uma parte do serviço de saúde será paralisada, mas o atendimento integral do servidor é prejudicado;
- Uma única empresa garante o uso dos mesmos protocolos de segurança, qualidade e procedimentos administrativos para ambos os profissionais, evitando discrepâncias na operação.

A necessidade de serviço contínuo para a presente contratação está adstrita à característica das atividades exercidas pelos respectivos profissionais no Egrégio TRT24, uma vez que estarão vinculados aos programas de saúde e qualidade de vida, que têm execução continuada, em atenção ao planejamento estratégico local e nacional, além da vinculação com a Política de Gestão de Pessoas (Resolução CNJ 240/2016) e com Política de Atenção Integral à Saúde Magistrados e Servidores do Poder Judiciário (Resolução CNJ 207/2015).

Especificamente no que se relaciona aos serviços de Fisioterapia, ressalta-se o gerenciamento de riscos, que está amplamente integrado ao Programa de Saúde Ocupacional e

Qualidade de Vida. Por sua vez, o profissional ASB também compõe tais programas, mormente no que se refere à parte odontológica da promoção da saúde de forma integral, como exame periódico odontológico. Isso consta, inclusive, em suas atribuições.

Em outros termos, esses profissionais são integrantes de ações que não são pontuais, mas fazem parte de programas que, para produzirem resultado, devem ser executados de maneira contínua e com visão de longo prazo. Assim, a eventual descontinuidade tem impacto nos resultados pretendidos.

Ademais, o não parcelamento do objeto não restringe a competitividade do certame, bem como promove ganhos para a Administração Pública, visto que a oferta de dois postos de trabalho pela mesma empresa pode ocasionar preços melhores para o contrato como um todo, além da eficiência processual de fiscalização e dos resultados práticos, como acima exposto. Nesse sentido, o não parcelamento alinha-se à Jurisprudência do TCU - Acórdão 2529/2021 - Plenário.

Por fim, enfatiza-se que o mercado dispõe de empresas que prestam esses serviços, como pode ser observado no PROAD nº 3543/2018 E PROAD nº 15217/2021.

IX - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis:

A contratação tem por objetivo manter e ampliar as ações de saúde e qualidade de vida promovidas pelo NSPAS. No caso da ampliação, destacam-se a ginástica laboral, a análise ergonômica dos postos de trabalho e o gerenciamento de riscos ambientais.

Com isso, espera-se impacto positivo no clima organizacional, na produtividade e nas estatísticas de afastamento por problemas relacionados a problemas de saúde, como lesões osteomusculares relacionadas ao trabalho e lesões por esforços repetitivos, ou decorrentes de fatores de risco (físicos e mentais) sem resposta adequada.

A prestação contínua dos serviços permite maior integração aos programas do NSPAS e conhecimento do público-alvo, além de evitar a necessidade de contratações pontuais relacionadas à área, o que culmina em economicidade.

Destaca-se a complexidade das ações a serem desenvolvidas. As ações são amplas e devem ser contínuas, inviabilizando ou tornando muito onerosas distintas contratações pontuais (por exemplo: para ginástica laboral, para elaboração do plano de riscos, para execução do plano de riscos, para análise ergonômica, para avaliação das respostas aos riscos, etc.).

No caso do serviço de Auxiliar de Saúde Bucal, são proporcionadas condições para que alguns tipos de atendimentos odontológicos sejam realizados no consultório do NSPAS, o que contribui para a construção de um ambiente ocupacional saudável, sendo um benefício a mais oferecido pelo TRT24 à sua força de trabalho.

Resultados pretendidos:

- Fisioterapia do Trabalho: realização de ginástica laboral presencial nas unidades de trabalho da capital, com possibilidade de alcance de todo o público interno do Tribunal (magistrados, servidores, estagiários, terceirizados e menores aprendizes); - Elaboração, execução e acompanhamento do Programa de Gerenciamento de Riscos, destinado a todo o público interno do Tribunal, com impactos também no público externo diante das ações de prevenção de acidentes de trabalho. Em termos de atendimento, pretende-se abranger todo o público interno do Tribunal, seja pela disponibilização de ginástica laboral (presencial ou on-line), seja pelas ações do gerenciamento de riscos e outras relacionadas ao programa de saúde e qualidade de vida.

- Odontologia (Auxiliar de Saúde Bucal): auxílio no consultório odontológico antes, durante e após cada atendimento, permitindo otimização de cada atendimento, bem como cumprimento de exigência legal. Isso será possível pelas atividades de: organizar e executar atividades clínicas e administrativas em saúde bucal; preparar o consultório e o paciente para atendimento; auxiliar e instrumentar o cirurgião-dentista nas intervenções clínicas; manipular materiais de uso odontológico; registrar dados e participar da análise das informações relacionadas ao controle administrativo em saúde bucal; executar limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização de instrumentos e equipamentos odontológicos; aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos; adotar medidas de biossegurança visando ao controle de infecção cruzada; preencher e anotar prontuários odontológicos e de controle dos resíduos de saúde; manter em ordem os arquivos/documentação

odontológica do paciente; auxiliar a elaboração de pedidos de materiais e equipamentos odontológicos; demais atividades concernentes ao posto de trabalho.Quanto aos atendimentos, será possível disponibilizar 3(três) vagas por dia (atendimento de três pacientes).

X - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato:

No caso dos serviços de fisioterapia, a atuação profissional será majoritariamente móvel, percorrendo as unidades de trabalho para a realização da ginástica laboral e avaliação ergonômica e de riscos. Para ações de planejamento e rotinas burocráticas, o profissional ocupará uma área de apoio técnico-administrativo disponível no NSPAS.

Para os serviços de Auxiliar de Saúde Bucal não serão necessárias adaptações, visto que a sua atuação é majoritariamente dentro do consultório odontológico ou na recepção.

Portanto, não há providências a serem tomadas previamente à celebração do contrato.

XI - Contratações correlatas e/ou interdependentes:

PROAD 2226/2024 - Manutenção em equipamentos médicos e odontológicos.

- O serviço do Auxiliar de Saúde Bucal (ASB) e o atendimento odontológico dependem de equipamentos que necessitam de manutenção corretiva e preventiva para o correto funcionamento.

PROAD 1399/2024 - Aquisição de medicamentos, produtos hospitalares e odontológicos.

- A execução das tarefas do ASB depende de insumos relacionados ao atendimento odontológico, como equipamentos de proteção individual, produtos para esterilização e desinfecção e produtos diversos para atendimento aos pacientes.

XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras:

- A empresa não cumprir requisitos relacionados aos direitos trabalhistas e direitos humanos, como não respeitar condições dignas de trabalho.

Resposta: previsão nos requisitos da contratação, em consonância com o disposto na Resolução CSJT nº 310/2021, que aprovou o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, de critérios especificamente relacionados a esses riscos.

- Produção, coleta e tratamento inadequado de resíduos decorrentes das atividades profissionais, sobretudo relacionadas ao Auxiliar de Saúde Bucal.

Impacto no Ciclo de Vida do Objeto: O ciclo de vida do serviço de saúde gera resíduos de diversas classes (lixo comum e Resíduos de Serviços de Saúde). O maior impacto ambiental direto do serviço está na geração e no descarte dos Resíduos de Serviços de Saúde, especialmente os perfurocortantes e os contaminados.

Resposta: Há uma contratação realizada anualmente, específica para tal finalidade - coleta e tratamento dos resíduos de saúde - PROAD 2225/2024.

Por sua vez, o correto descarte dos insumos faz parte da competência profissional. O Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO) estabelece normas de Biossegurança. O Código de Ética Odontológica e as normas da ANVISA exigem que o ASB tenha formação específica e atue diretamente no gerenciamento desses resíduos no ponto de geração.

- Riscos ambientais inerentes às próprias atividades, principalmente ergonômico e de biossegurança.

Resposta: exigência de realização de Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) da empresa contratada aos seus funcionários. Em complemento, o próprio ambiente e a natureza das ações do NSPAS. Além disso, tais programas preventivos também fazem parte das atividades do NSPAS.

Eficiência e baixo consumo: no caso dos serviços de Auxiliar de Saúde Bucal, que estão relacionados ao consultório odontológico, os impactos incluem o uso de água, energia e insumos. Como mitigação, já se adota o uso de torneira de acionamento automático, a aquisição de equipamentos

certificados pelo Inmetro e de insumos modernos, livres de componentes prejudiciais ao paciente e/ou ao meio ambiente.

XIII - Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade - Declaração da viabilidade ou não da contratação:

Com base no estudo realizado, a contratação pleiteada é viável, necessária e adequada a esta Instituição, visando atender às necessidades do NSPAS.

A Administração pugnará pelo binômio preço-qualidade, estabelecendo o julgamento pelo menor preço, sob a estrita obediência das especificações determinadas.

Com fundamentos nos estudos e experiências advindas dos PROAD's nº 15217/2021, 22027/2022 e 3543/2018, o mercado dispõe dos serviços solicitados.

As despesas inerentes à presente contratação correrão à conta do orçamento do Contratante, classificação funcional programática 02.122.0033.4256.0054, categoria econômica nº 3 (serviços), sob item SIGEO-JT nº 151252026000071. Natureza de Despesa nº 339037 (Prestação de Serviço Continuado).

Campo Grande, 13 de fevereiro de 2026

Grupo de Trabalho:

Nome: José Carlos de Souza Melo

E-mail: jmelo@trt24.jus.br

Nome: Fábio Rogério Rodrigues Leocates de Moraes

E-mail: fmoraes@trt24.jus.br

Nome: Silvia Nanci Lourenço de Figueiredo

E-mail: sfigueiredo@trt24.jus.br

Nome: Mateus Cominetti

E-mail: mcominetti@trt24.jus.br

Nome: Géssica Damasio Cabral

E-mail: gcabral@trt24.jus.br

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

O Instrumento de Medição de Resultado - IMR é o ajuste escrito anexo ao contrato entre a licitante vencedora e o TRT24, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento, conforme previsto no ANEXO V-B, da IN nº 05/2017 para a avaliação da qualidade do serviço.

O IMR tem por objetivo avaliar constantemente a execução do objeto e aferir a qualidade dos serviços prestados pela Contratada.

A medição da qualidade dos serviços prestados pela Contratada será feita por meio de sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado.

As situações abrangidas pelo IMR se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a Contratada das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas.

O Fiscal do Contrato designado pelo Contratante acompanhará a execução dos serviços prestados, atuando com o preposto indicado pela Contratada.

Sendo verificada a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o Fiscal do contrato notificará o preposto da Contratada para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos.

A notificação quanto à existência de irregularidades na execução do contrato poderá ser verbal ou por escrito, a depender da gravidade da situação ou da reincidência do fato.

Constatando irregularidade passível de notificação por escrito, o Fiscal do contrato preencherá termo de notificação, relatando a ocorrência, seu grau de pontuação, o dia e a hora do acontecido.

O termo de notificação será imediatamente apresentado ao preposto da Contratada, o qual, constatando a ocorrência, deverá atestar de pronto seu "visto" no documento, que ficará sob a guarda do Fiscal do contrato.

Havendo divergências quanto à veracidade dos fatos, deverá o preposto da Contratada registrar suas razões no próprio termo de notificação.

Até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, o Fiscal do contrato deverá encaminhar ao Preposto os resultados da avaliação mensal do serviço.

A Contratada, de posse das informações repassadas pelo Fiscal do Contrato, quando solicitada (após a análise contábil), emitirá a fatura mensal relativa aos serviços prestados, abatendo do valor devido pelo Contratante os descontos relativos à aplicação do IMR.

Ao receber da Contratada a fatura mensal para ateste, o Fiscal do contrato somente fará o encaminhamento para o Gestor do contrato quando verificada a dedução dos descontos acima mencionados.

Verificada a regularidade da fatura, o Fiscal do contrato juntará a esta os termos de notificação produzidos no período, e a encaminhará ao Gestor para análise, recebimento definitivo e ateste/liquidação da fatura mensal.

Sistema de pontuação:

O sistema de pontuação destina-se a definir os graus de pontuação para cada tipo de ocorrência, desde que não implique inexecução total ou parcial do objeto, motivo de sanção administrativa.

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR	
CONFORME ANEXO V-B da IN 05/2017 -SEGES/MPDG	
PROCESSO Nº 5344/2024 - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Fisioterapia e Auxiliar de Saúde Bucal para atuação nos programas da área de saúde e qualidade de vida do TRT24	
INDICADOR	
1-	Satisfação geral em relação ao atendimento profissional recebido
2-	Conformidade técnica e de execução

INDICADOR 1 - SATISFAÇÃO GERAL EM RELAÇÃO AO ATENDIMENTO PROFISSIONAL RECEBIDO

Finalidade	Avaliar o índice de satisfação geral das pessoas que receberam algum atendimento de profissional do contrato.	
Meta a cumprir	75% de pessoas satisfeitas ou muito satisfeitas.	
Instrumento de medição	Envio de formulário eletrônico às pessoas atendidas ou aplicação de questionário físico na recepção da unidade.	
Forma de acompanhamento	<p>Pergunta com escala <i>likert</i> de cinco pontos: muito satisfeito; satisfeito; nem satisfeito nem satisfeito; insatisfeito; muito insatisfeito.</p> <p>Pergunta aberta (opcional) para elogios/sugestões/reclamações.</p>	
Periodicidade (de envio do questionário)	<p>Após cada atendimento (para atendimentos individuais) ou ação realizada (como análise ergonômica do posto de trabalho, no caso do profissional Fisioterapeuta; e a cada atendimento odontológico, no caso do profissional ASB);</p> <p>Para programas contínuos, como a ginástica laboral, a avaliação será semestral.</p> <p>Obs.: ainda que a avaliação dos programas contínuos seja semestral, sempre haverá a aferição mensal dos serviços do profissional fisioterapeuta pelas outras atividades realizadas.</p>	
Mecanismo de cálculo	Número de pessoas satisfeitas ou muito satisfeitas / número total de pessoas que responderam.	
Início da vigência	A partir da vigência do contrato.	
Ocorrências/pontuação	Índice geral de satisfação maior ou igual a 75%	Desempenho esperado

	Índice geral de satisfação de 70% a 74,99%	10 pontos por colaborador, por mês.
	Índice geral de satisfação de 65% a 69,99%	15 pontos por colaborador, por mês.
	Índice geral de satisfação de 60% a 64,99%	20 pontos por colaborador, por mês.
Faixas de ajuste no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, sendo efetuado o desconto no pagamento, conforme Tabela de Descontos.	
Observações	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.	
	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.	
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.	

INDICADOR 2 - CONFORMIDADE TÉCNICA E DE EXECUÇÃO	
Finalidade	Avaliar o cumprimento dos critérios técnicos essenciais à segurança e à legalidade do serviço.
Meta a Cumprir	100% de conformidade nos Critérios de Aceitação definidos no Termo de Referência.
Instrumento de Medição	<p>FISIOTERAPEUTA:</p> <p>Relatório Mensal de Execução da Ginástica Laboral Presencial</p> <p>Relatório Mensal de Execução da Ginástica Laboral Online</p> <p>Relatório Mensal de Ações do PGR</p> <p>Laudos Técnicos ou Relatórios de Análise Ergonômica programados para o mês</p> <p>ASB: Termo Mensal de Ateste de Conformidade e Desempenho</p>
Forma de Acompanhamento	Verificação da existência, conformidade e

	completude dos registros, laudos e relatórios, bem como do cumprimento de cronogramas.	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de Cálculo	Soma ponderada dos pontos das falhas apuradas no mês	
Ocorrências / Pontuação	<p>Falha NÃO GRAVE na Conformidade (falha no preenchimento ou entrega de documentos - risco administrativo)</p> <p>FISIOTERAPEUTA: atraso na entrega ou falha de preenchimento dos relatórios das sessões de ginástica laboral presencial e on-line; do Relatório Mensal do PGR, dos laudos de Análise Ergonômica dos Postos de Trabalho.</p> <p>ASB: atraso na entrega ou falha de preenchimento dos registros de esterilização, de controle de resíduos do consultório odontológico, de prontuários ou pedidos/controle de materiais.</p>	3 pontos, por ocorrência, por mês
	<p>Falha GRAVE na Conformidade (falha na entrega do serviço ou comprometimento da continuidade [incompleta ou não entrega] - risco operacional)</p> <p>FISIOTERAPEUTA: realização incompleta das sessões de ginástica laboral ou do cronograma mensal do PGR (abaixo da meta de execução); não entrega ou entrega incompleta de Laudos de Análise Ergonômica (abaixo da meta de execução).</p> <p>ASB: não entrega ou entrega incompleta de registros obrigatórios de esterilização e descarte de resíduos do consultório odontológico, falha ou erro de preenchimento que comprometa a disponibilização de prontuários e materiais.</p>	5 pontos, por ocorrência, por mês

	<p>Falha GRAVÍSSIMA na Conformidade (falha na segurança, saúde ou legalidade - descumprimento legal / risco sanitário/legal).</p> <p>FISIOTERAPEUTA: não entrega do documento-base do PGR (risco legal por descumprimento da NR); não entrega das ações previstas no cronograma mensal do PGR, incluindo as análises ergonômicas dos postos de trabalho.</p> <p>ASB: esterilização incorreta de materiais (falha de processo ou de resultado biológico, sem correção a tempo; descarte incorreto de resíduos [risco sanitário]; perda ou extravio de prontuário que comprometa a segurança do paciente, a segurança de informações e a continuidade do tratamento.</p>	8 pontos, por ocorrência, por mês
Faixas de ajustes no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, sendo efetuado o desconto no pagamento, conforme Tabela de Descontos.	
Observações	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.	
	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.	
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.	

FAIXA DE AJUSTE NO PAGAMENTO

A faixa de ajuste no pagamento será definida pela soma das pontuações atribuídas às ocorrências produzidas no período de avaliação, conforme tabela abaixo:

DESCONTOS	
Pontos	Desconto
3,0 a 5,0	0,5% de desconto sobre o valor apurado para o mês da ocorrência

5,1 a 8,0	1,0% de desconto sobre o valor apurado para o mês da ocorrência
8,1 a 11	2,0% de desconto sobre o valor apurado para o mês da ocorrência
11,1 a 14,0	3,0% de desconto sobre o valor apurado para o mês da ocorrência
14,1 a 16,0	4,0% de desconto sobre o valor apurado para o mês da ocorrência
16,1 a 20,0	5,0% de desconto sobre o valor apurado para o mês da ocorrência
20,1 a 25,0	7,0% de desconto sobre o valor apurado para o mês da ocorrência
25,1 a 30,0	10,0% de desconto sobre o valor apurado para o mês da ocorrência
1.	O descumprimento da mesma condição contratual (reincidência), apurada por ocorrência, dentro do mês de competência, sofrerá acréscimo de 5,0 pontos na contagem final do desconto.
2.	Condutas reincidentes no decorrer do contrato devem ser avaliadas pela Gestão do contrato para a aplicação das devidas sanções, sem prejuízo do desconto correspondente.
3.	O acúmulo acima de 30 (trinta) pontos no mês será considerado inexecução do contrato, podendo ser aplicadas as sanções previstas no Termo de Referência.

ANOTAÇÃO DOS RESULTADOS

O Fiscal do Contrato deverá utilizar as tabelas abaixo para registrar as ocorrências do período de aferição:

INDICADOR 1 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO GERAL
Mês de referência:

RESPOSTA	Nº DE RESPONDENTES	PORCENTAGEM (%)	ÍNDICE SATISFEITOS E MUITO SATISFEITOS	RESULTADO
Muito Satisfeito				
Satisfeito				
Nem Satisfeito Nem Insatisfeito				
Insatisfeito				
Muito Insatisfeito				
TOTAL		100		

INDICADOR 2 - CONFORMIDADE TÉCNICA E DE EXECUÇÃO			
TABELA DE PONTUAÇÃO DAS FALHAS		Mês de referência:	
Tipo de Falha	Pontos por Ocorrência	Quantidade no Mês	Total de Pontos
Falha Não Grave	3		
Falha Grave	5		
Falha Gravíssima	8		
TOTAL DE PONTOS DO MÊS (Resultado)			

NOTA FINAL	
Período de aferição	
Pontuação final (Indicador 1 + Indicador 2)	

Observações:

DISPOSIÇÕES FINAIS

Este instrumento define expectativas de serviços e responsabilidades na entrega do objeto do contrato pactuado entre o Tribunal Regional do Trabalho e a Contratada, e é parte integrante do contrato. Este instrumento apresenta objetivos realizáveis e mensuráveis na execução dos serviços. Além disso, o intuito deste instrumento é solidificar o pactuado entre as partes, trabalhando em conjunto no provimento de serviços de qualidade e com eficiência, visando garantias para o interesse público.



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 24ª Região (MS)

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Prezado(a),

Este formulário destina-se ao acompanhamento da qualidade dos serviços prestados pelos profissionais terceirizados do NSPAS.

Sua participação sincera é muito importante para que possamos acompanhar e, se necessário, aperfeiçoar os atendimentos.

gab_saude@trt24.jus.br [Mudar de conta](#)



 Não compartilhado

* Indica uma pergunta obrigatória

Você foi atendido por qual profissional em sua última visita ao NSPAS? *

- ☐ Auxiliar de Saúde Bucal
- ☐ Fisioterapeuta

Em relação ao atendimento recebido, como você se sentiu? *

- ☐ Muito satisfeito 😊
- ☐ Satisfeito 😊
- ☐ Nem satisfeito nem insatisfeito 😐
- ☐ Insatisfeito 😞
- ☐ Muito insatisfeito 😡

Deixe aqui suas sugestões, críticas, reclamações, elogios... (opcional)

Sua resposta

Enviar

[Limpar formulário](#)